



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA (11ª) SESSÃO **ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; Secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos treze dias do mês de abril do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; Secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Décima Primeira (11ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 13 de abril de 2015, antecipada que foi do dia 27/04/2015, conforme o Requerimento nº 77/2015. Às 21h41, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antonio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o Vereador Cinoê Duzo para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no "Expediente", anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. A primeira a discursar foi a Vereadora Dayane Amaro Costa, que criticou a questão do encurtamento das sessões ordinárias da Câmara. "Gostaria de falar sobre o encurtamento das sessões, porque, na semana passada, encurtamos por causa de um vereador, que estava com Dengue; ora isso, ora aquilo, se o funcionário não está bem, que vá ao médico, ou não venha trabalhar e é o mesmo caso aqui; estamos aqui para ganhar mil reais por sessão e ainda vamos encurtá-la, abstando-nos da fala, para que todos possam ir embora para casa mais cedo? Estamos aqui para resolver problemas da cidade e aproveito para perguntar sobre o intérprete de Libras, porque esta Casa está descumprindo a lei federal, não posso aceitar isso e levarei ao Ministério Público; esta é uma das questões que me fazem não concordar com o aluguel do outro prédio, ou seja, não temos como contratar a intérprete de Libras, mas vamos ter dois prédios à nossa disposição", explanou. Depois falou sobre a emenda, de sua autoria, aposta ao Projeto de Lei nº 30/2015, que fora rejeitada pela Casa, acusando os colegas de terem votado contra uma lei federal e contra o Código Civil. "Nós entendemos que vivemos num período de epidemia, não é possível! Acho que teve gente que não leu a emenda! Estou na função de legisladora e temos que estar diante das leis todas, a Constituição Federal e o Código Civil! E se isso virar uma fábrica de multas? Sabemos que todos têm que ter o direito resguardado e foi o que eu pedi", colocou. Por fim, falou que aguardava a chegada da Caravana da Inclusão, iniciativa voltada às pessoas com deficiência, apresentando políticas públicas, voltadas para a inclusão,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

afirmando que lutara para trazer a caravana à cidade, conversando, arduamente, com o prefeito que, apesar das divergências, tinha entendido e faria as adaptações necessárias para a estada da caravana na cidade, cedendo um prédio e designando a Secretária Beatriz Gardinalli, para cuidar da situação. “E que a caravana traga novidades, para a pessoa com direito à inclusão”, arrematou e concluiu. O próximo orador a discursar foi o Vereador Cinoê Duzo, que falou sobre o problema da iluminação pública, pois eram muitas as reclamações sobre o assunto e sobre lâmpadas queimadas. Lembrou que a responsabilidade da manutenção retornaria à Elektro, mas perguntou qual destino tivera o dinheiro arrecadado desde setembro de 2014. Salientou que, pelo arrecadado, a cidade deveria ter uma iluminação impecável. “Aqui, não temos o serviço, mas pagamos pelo serviço e ninguém nos dá satisfação; arrecadou-se muito, não se fez nada, isso tem um nome e todos reclamam da iluminação, da conta, dos postes apagados, que causam transtorno, e da insegurança; a responsabilidade nunca deveria ter saído da Elektro e ninguém nos dá satisfação de onde está o dinheiro”, frisou e concluiu. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que também falou sobre a iluminação pública. Disse que, desde o início do processo, tinha sido contrário à contribuição de iluminação pública – CIP; que o caixa do dinheiro arrecadado tivera início em setembro de 2014; que a prefeitura nunca executara a dita manutenção; que a prefeitura somente poderia cobrar dos munícipes, se houvesse o convênio; que, pela LOM de Mogi Mirim, o poder público era obrigado a responder os requerimentos dos vereadores e, se não houvesse resposta, os vereadores poderiam entrar com uma ação de improbidade administrativa, porque nem a Elektro, nem o prefeito tinham respondido os questionamentos feitos pelos edis; que a ANEEL também tinha sido oficiada e não havia respondido à Casa; que o Promotor de Justiça havia pedido toda a documentação, que o vereador orador detinha; que no Parque das Laranjeiras, onde nem iluminação pública havia, a CIP era cobrada; que a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prefeitura nunca se preparara para a manutenção da iluminação, que, agora, retornava à Elektro, que ninguém sabia o destino do dinheiro pago pelos munícipes e que, eram muitos os questionamentos. Por fim, falou das festividades realizadas na escola Peres Marques, relativas às homenagens dedicadas ao patrono da unidade escolar, que completava cem anos de seu nascimento. Na sequência, como o Vereador Osvaldo Quaglio, inscrito, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy. Disse que havia sido citado e questionou se ele pedira a algum vereador, que solicitasse o encurtamento da sessão, haja vista seu quadro de Dengue. “Estou no meu sétimo ano de mandato e eu voto como eu quiser; não preciso perguntar para técnico, aquilo que sei de cor e foi por isso, que não vim à reunião; é absurdo o comportamento de muitos aqui; sou bom, de diálogo, mas não admito que olhem para mim e me perguntem, por que não votei com a pessoa! Porque não quero, não acho justo, sou consciente, muitos não enxergam o que é a epidemia de Dengue e digo ainda, que no início do inverno virá a gripe suína, que gera óbitos, a Dengue não será eliminada, rapidamente, a situação será apenas amenizada durante o inverno, mas não vai acabar, e eu não estou preocupado comigo, mas com a cidade e sua população”, registrou e encerrou. Como os próximos oradores, Vereadores Daniela Dalben Mota e Daniel Gasparini dos Santos, inscritos, desistissem da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que relatou visita feita à EMEB Edna Fávero, dizendo-se estarecido com a situação física da escola, com a caixa d’água apresentando infiltração, mofo no almoxarifado, salas de aula sem luzes, em virtude das infiltrações no teto, bem como a casinha do gás, sem porta, aberta, com possibilidade de acidentes. Falou também das grelhas das águas pluviais quebradas, da falta de estacionamento para professores e do trânsito intenso ao redor da unidade escolar. Aclarou, que uma vistoria do corpo de bombeiros suspenderia, imediatamente, as atividades na escola e perguntou se a administração desejava esperar um



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desastre, antes de agir. Salientou que estava à disposição da Secretária de Educação, Márcia Róttoli Masotti, para uma visita conjunta à escola, inclusive, com alguém do corpo de bombeiros, para acompanhar a vistoria. “Sem falar da precariedade da biblioteca, porque o material didático do SESI é de ótima qualidade, mas precisa ser complementado por bibliotecas, e a Secretaria de Educação tem que se adequar ao sistema de ensino e cessar de fazer as coisas de última hora, mas sim, com planejamento; hoje apresentei três indicações referentes à escola Edna Fávero, pois a escola está em situação precária e é necessário que olhem as escolas da cidade com carinho, para que se preservem as condições dos alunos, que estão lá, para estudar, mas correm risco de sofrer acidentes”, sublinhou e encerrou participação. Como os próximos inscritos, Vereadores Jorge Setoguchi, Benedito José do Couto e Laércio Rocha Pires, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Ary Augusto Reis de Macedo, que teceu as mesmas explicações dadas na sessão anterior, sobre seu tempo à frente da Secretaria de Saúde, sobre a contratação feita pela prefeitura da empresa Endo Gastro, da qual era sócio, e comentou a decisão judicial, em primeira instância, da cassação de seu mandato, juntamente com o mandato do Prefeito de Mogi Mirim. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que, sobre a cassação do prefeito, disse que se tratavam de “dois pesos e duas medidas”, questionando, por que somente o pedido de cassação do prefeito havia sido apresentado à Câmara, mas o do vereador Dr. Ary de Macedo não. “Posso acatar uma decisão, mas não concordar com ela e eu vejo dois pesos e duas medidas; com relação ao partido que apresentou o pedido de cassação, não sou contra, até mesmo, porque deve ter seus motivos, mas discordo de ser somente a cassação do prefeito e pergunto: por que o Vereador não? O vereador poderá se defender e são estas as discordâncias; fizemos uma reunião e cada um tem um entendimento, mas será que a votação do pedido de abertura de cassação está dentro da legalidade? Afinal, o vereador acaba no mesmo processo e eu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

quero deixar esclarecido que voto contra a cassação do prefeito e, se apresentarem a do vereador, voto contra também”, afirmou. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que deu continuidade ao que o Vereador Luiz Guarnieri tinha falado, sobre as visitas que ele realizara nas EMEBs. “A Vereadora Luzia e eu estivemos na UBS provisória do Aterrado, Eugênio Morari, e é como falou o vereador, ou seja, a nova reforma está custando caro, mas não tem um local externo para o expurgo, que é material contaminado, portanto, pedimos que o expurgo seja colocado nas futuras reformas, então, são pequenas coisas, que fazem a diferença, e nas EMEBs, as professoras do setor infantil levam até sabonete, para dar banho nas crianças, o que é um absurdo; há mofo nas creches, creches que já foram reformadas, portanto, a nossa oposição, as reclamações, trazem uma situação de conflito e eu pergunto: como é que esta Casa, que deve analisar vários problemas, que ir para um palacete irregular? Nós fomos até o Promotor Rogério Filócomo, que tem informações sobre tudo o que está ocorrendo, em relação ao novo prédio da Câmara, e apenas posso falar à Mesa, que tome cuidado, por exemplo, ao fazer licitação para os móveis, porque a população está atenta”, disse. Por fim, colocou que não esperava que o pedido de abertura de processo de cassação passasse e fosse composta a comissão processante. “Mas passou e isto mostra que a carga dos vereadores está ficando pesada”, completou e finalizou. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 22h26, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 1. Projeto de Lei**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Complementar nº 01, de 2015, de autoria do Poder Executivo, “dispondo sobre alteração da Lei Complementar nº 207/2006, que estabelece o Estatuto do Magistério Público do Município de Mogi Mirim e respectivo plano de carreira e salários da rede municipal de ensino”; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por quinze (15) votos favoráveis a um (01) voto contrário, Segundo Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 01/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **2. Projeto de Lei Complementar nº 02, de 2015**, de autoria do Poder Executivo “dispondo sobre os cargos em comissão no âmbito da Prefeitura de Mogi Mirim”; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por doze (12) votos favoráveis a quatro (04) votos contrários, Segundo Turno, o Projeto de Lei Complementar nº 02/2015, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). A primeira oradora a discursar foi a Vereadora Dayane Amaro Costa, que se dirigiu ao Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, para lhe responder, dizendo que não citara o nome, de que fora ele, quem pedira para encurtar a sessão, mas ratificou sua crítica ao procedimento, que havia sido tomado na primeira sessão da noite, bem como relatou a reunião que fizera para discussão do Projeto de Lei nº 30/2015 e sobre emenda a ele aposta, de sua autoria, rejeitada pela Casa. “Estudei e pesquisei, elaborei slides, detalhando as leis, o vereador diz que não são necessárias reuniões para explicações de técnicos e eu digo que não fui pedir explicações, fui expor, e reuniões são necessárias sim, o vereador mesmo já pediu reuniões, quando de sua cassação; ele me pediu uma reunião e eu acatei, porque reuniões são importantes para discutir situações e, quanto à Dengue e agentes comunitários, isso foi algo que levantamos aqui, porque as contratações são sazonais; quando o surto passa, o praxe é demitir os agentes e temos que pedir que seja



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mantido o seu número, mesmo quando não há epidemia; temos que pensar na população, somos regidos por lei e discussões são necessárias sim, e aproveitando o ensejo, quero perguntar ao Presidente da Câmara, quanto tempo ele vai levar para a contratação de um intérprete de Libras, conforme dispõe a Constituição Federal”, discursou e encerrou participação. A Vereadora Luzia C. C. Nogueira também usou da palavra. Primeiramente, mencionou o requerimento, contendo pedido de informações sobre quais providências a Prefeitura de Mogi Mirim iria tomar, em relação ao prédio da câmara, cuja obra estava infringindo o Código de Obras do Município. Depois, concordou com a Vereadora Dayane Amaro, de que reuniões eram importantes sempre, para que os vereadores pudessem se posicionar e deu parabéns aos Vereadores Dayane e Luís Roberto Tavares, sempre presentes às reuniões da Casa. Com relação à ação, empreendida por ela, contra o prefeito e o Vereador Ary Reis de Macedo, a vereadora negou que tivesse dito, que o vereador assinara o contrato com o município, “para ficar rico com isso”, mas sublinhou que o crime, em questão, era o de o Dr. Ary, sendo Secretário de Saúde e sócio pertencente a uma empresa, ter comprado serviços de saúde de sua própria empresa, e ela, oradora, não poderia se calar diante da denúncia, que ela sabia procedente. “Não se questionam as intenções, mas o ato, que é crime; o vereador do PT citou o caso que envolveu o Vereador Osvaldo Quaglio, mas, à época, o Vereador Osvaldo nem esperou, ele mesmo pediu para sair do contrato, então, no seu caso, Dr. Ary, não digo que tenha sido proposital, mas houve crime, porque ofendeu a lei, infelizmente, e o discurso do Dr. Ary já é base para qualquer pedido de cassação, a Justiça é lenta, mas a Câmara é rápida; o Dr. Hélio, ex-prefeito de Campinas, disse que jamais seria cassado, porque tinha a maioria na Câmara, mas foi, porque a população estava presente o tempo todo e a população está nos pedindo uma postura neste momento”, aclarou e finalizou. Como o próximo orador, Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, inscrito, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o Vereador Cinoê Duzo, que falou sobre a greve dos professores da rede estadual de ensino, que prosseguia, sem diálogo entre o sindicato APEOESP e a Secretaria Estadual de Educação. “Estou preocupado, porque o Governo Estadual não quer dialogar com os professores e eu venho, mais uma vez, pedir à bancada tucana que possa ser o canal do diálogo”, pediu e, para concluir, expôs a desmotivação dos professores, que era grande, atualmente. Como o próximo inscrito, Vereador Luís Roberto Tavares, desistisse da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que desejou explicar todo o ocorrido, no passado, entre a Pedreira Quaglio, da qual era sócio, e a celebração de contrato com a Prefeitura de Mogi Mirim. “Meu nome foi citado duas vezes, cada caso é um; são parecidos, mas diferentes. Na ocasião, quando do rompimento do contrato, à época, eu não era sócio da empresa, apenas trabalhava nela; fui eleito, já existia uma licitação e o material licitado já estava sendo entregue; após isso, houve nova licitação; registro que, para tudo o que se refere a materiais pesados, o frete é oneroso; na segunda licitação aberta, ninguém se ateve, se poder-se-ia, ou não, efetuar a celebração, já que eu era funcionário; vencemos, houve uma denúncia e a então promotora de Justiça, Dra. Cristiane Hillal, chamou-me e me pediu informações, as quais passei a ela e ela, então, recomendou o rompimento do contrato, porque o material ainda não tinha sido entregue, haja vista que ela entendeu ser melhor prevenir, do que remediar, e eu também entendi assim; o prefeito Carlos Nelson Bueno era contra, mas o contrato foi rompido, logo, são casos diferentes, porque o contrato foi rompido, antes da empresa Quaglio prestar qualquer serviço e, além disso, eu não era sócio, mas empregado; hoje, sou sócio e, hoje, a prefeitura paga duas vezes mais caro o mesmo material, porque o frete onera o produto; a lei é interessante, para que não haja favorecimento, ela existe para proteger o erário, mas acaba onerando o erário”, explanou e concluiu. Como os próximos oradores, Vereadores Marcos Bento Alves de Godoy, Daniel Gasparini dos Santos, Jorge Setoguchi, Luiz Antônio Guarnieri,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Benedito José do Couto e Laércio Rocha Pires, desistissem da palavra, retornou para discursar, o Vereador Dr. Ary Augusto Reis de Macedo. “De maneira alguma, eu usei a tribuna, para me redimir do meu erro, mas sim para explicar como tudo aconteceu, para que todos tivessem ciência do que aconteceu; acho que a vereadora não entendeu, quando disse que poderiam pensar que eu enfiei o dinheiro no bolso, eu disse que a impressão que se passa é esta, pelos jornais, e a juíza estabeleceu que não houve prejuízo ao erário, porque o trabalho foi realizado”, pontuou e concluiu. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que mencionou a fala do Vereador Cinoê e desejou colocar que o PT havia eleito a presidente do Brasil com 51% dos votos, pedindo respeito ao PT, em esfera federal. Depois, justificou que assinara o requerimento da Vereadora Luzia, sobre as obras no novo prédio da Câmara, porque entendia justo, que ela estudasse o contrato e, para encerrar, pediu perdão por ter mencionado o nome do Vereador Osvaldo Quaglio, comparando o caso que ocorrera com a empresa Quaglio ao caso atual, que envolvia o Vereador Ary Macedo e o Prefeito Municipal. “Peço perdão de tê-lo citado, Vereador Osvaldo, em alguma equiparação, e acredito na idoneidade de sua família”, frisou. A última oradora, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desistiu do uso da palavra. Tomou a palavra o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, para dizer à Vereadora Dayane Amaro Costa, que fora ele quem solicitara o encurtamento da sessão anterior, pedindo aos vereadores que desistissem da palavra, em Explicação Pessoal. Afirmou que o Vereador Marcos Bento de Godoy nada lhe pedira, tampouco intercedera e que, fora ele, o Presidente, única e exclusivamente, a solicitar, submetendo o pedido à deliberação democrática do Plenário, que havia decidido, pelo encurtamento, por quatorze votos favoráveis contra dois. “Desejo que ninguém contraia a doença, mas, se outro vereador estiver doente, vou pedir a mesma coisa, e foi o Plenário quem decidiu; candidate-se de novo, Vereadora Dayane, pela segunda vez, para o cargo de presidente e, quem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sabe, se tiver sorte e ganhar, possa decidir, boa sorte”, disse. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal” e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 23h04, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM